



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 - UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

NÍVEL E

ENGENHEIRO – Área: ENGENHARIA AMBIENTAL

22 de maio de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14:30 horas e término às 18:30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

Chico Buarque e a era da grosseria online

Os xingamentos ao cantor mostram que há uma migração para o mundo físico de um comportamento péssimo das redes sociais

01 Você deve ter visto o vídeo do cantor Chico Buarque sendo xingado por um grupo de
02 jovens aparentemente alcoolizados. Um bate-boca típico de bar. O fato ocorreu na última
03 segunda-feira (21), na saída de um restaurante no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. O vídeo
04 publicado no *Glamurama* mostra o grupo de jovens em volta do cantor questionando o fato de ele
05 defender publicamente o Partido dos Trabalhadores. [...]

06 Não houve agressão física. Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que
07 marcou o ano de 2015 no Brasil. Em agosto, falamos em reportagem da ÉPOCA sobre o
08 fenômeno que chamamos de "A era da grosseria online". Em algum momento, passamos a achar
09 razoável tratar quem pensa diferente com xingamentos e pontapés virtuais. Em algum momento,
10 passamos a achar bacana pegar o comentário de alguém, colocar numa comunidade com ideias
11 contrárias e participar de sessões de linchamento virtual. Com o aval e o apoio de quem pensa
12 como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos
13 tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar.

14 O problema – e o caso de Chico é só mais um entre tantos, nos diferentes espectros
15 políticos – é que esse comportamento vem gradativamente migrando para o mundo físico.
16 Pessoas estão se sentindo à vontade para abordar quem pensa diferente na rua e disparar
17 agressões físicas e verbais. Não se trata de liberdade de expressão ou de politicamente correto.
18 Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi
19 munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não
20 suporta ser confrontado com uma opinião diferente.

21 [...]

22 Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância.
23 Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto. Compartilhamos textos claramente
24 mentirosos. Compartilhamos matérias de sites de humor, como o *Sensacionalista*, acreditando
25 serem reais. Depois colocamos a culpa no Brasil. "Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei
26 que fosse verdade". Achou mesmo ou de repente cegou-se diante da facilidade em espriar seu
27 ódio e sua insatisfação?

28 É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a
29 informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do
30 celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.

31 [...]

32 Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre
33 para o mundo físico. São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e
34 consequências diferentes. [...]

35 As redes sociais são uma poderosa ferramenta para obter conhecimento, estreitar laços,
36 conhecer gente nova, namorar, se entreter. Mas também se mostraram um habitat perfeito para a
37 ignorância, a intolerância e a truculência. Não é difícil escolher quais dessas características
38 deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.

BRUNO FERRARI 23/12/2015

Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/12/chico-buarque-e-era-da-grosseria-online.html>.

Acessado em 9/02/2016.

1 Em **Chico Buarque e a era da grosseria online**, Bruno Ferrari critica as pessoas que

- (A) agridem celebridades em redes sociais.
- (B) se excedem no consumo de álcool.
- (C) costumam ser agressivas.
- (D) não respeitam a opinião alheia.
- (E) se comportam de maneira antiética.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 2 No segundo parágrafo do texto, o autor optou pelo emprego da primeira pessoa do plural porque
- (A) concorda com a reportagem de Época.
 - (B) compartilha da opinião dos agressores.
 - (C) considera a “grosseria online” muito comum.
 - (D) se considera uma pessoa grosseira.
 - (E) pensa como a maioria dos internautas.
- 3 Em “Com o aval e o apoio de quem pensa como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar” (11 a 13), a palavra *visigodos* foi empregada como sinônimo de
- (A) bárbaros.
 - (B) estrangeiros.
 - (C) desbravadores.
 - (D) invasores.
 - (E) dominadores.
- 4 Do trecho “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não suporta ser confrontado com uma opinião diferente” (18 a 20), depreende-se que os autores dos “monólogos”
- (A) ignoram o fato de que existem *sites* e redes sociais que veiculam mentiras na internet.
 - (B) não costumam se certificar da legitimidade das fontes das informações que veiculam.
 - (C) tendem a divulgar informações falsas, mesmo que tenham consciência do que fazem.
 - (D) não admitem a possibilidade de estarem divulgando informações e fatos falsos.
 - (E) não se sentem responsáveis pela veracidade das informações que divulgam.
- 5 Em “Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância” (22), o autor poderia ter empregado a vírgula antes e depois da palavra *sobretudo* com o objetivo de
- (A) marcar duas pausas que ocorrem na expressão oral.
 - (B) separar duas orações que estão contidas no enunciado.
 - (C) atribuir ênfase ao advérbio que modifica o enunciado.
 - (D) evitar ambiguidade na compreensão do enunciado.
 - (E) deixar claro ao leitor o sentido do enunciado.
- 6 Em “Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei que fosse verdade” (25 a 26), o emprego das aspas se deve
- (A) à ironia que caracteriza o enunciado.
 - (B) ao emprego do discurso direto.
 - (C) ao sentido especial dado ao enunciado.
 - (D) à introdução de uma citação.
 - (E) à ênfase que se quis dar à ideia expressa.
- 7 No segundo enunciado do trecho “É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.” (28 a 30), o autor sugere que
- (A) os usuários de aparelhos de telefonia celular são preguiçosos.
 - (B) os computadores são mais lentos do que os telefones.
 - (C) a interação via telefone celular é mais rápida.
 - (D) é mais difícil navegar usando telefones celulares.
 - (E) a maioria da população não sabe utilizar o celular.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 8 Para ligar os períodos “Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre para o mundo físico.” (32 a 33) e “São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e consequências diferentes.” (33 a 34), mantendo a relação entre as ideias que expressam, o autor poderia empregar a conjunção
- (A) pois.
(B) mas.
(C) e.
(D) senão.
(E) contudo.
- 9 No trecho “Não é difícil escolher quais dessas características deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.” (37 a 38), a expressão *gueto virtual* se refere a
- (A) uma minoria de internautas que divulgam informações de forma irresponsável.
(B) *sítes* que congregam pessoas que compartilham opiniões sobre determinados temas.
(C) espaços virtuais em que se refugiam pessoas que se consideram vítimas de mentiras.
(D) grupos que pregam a intolerância e disseminam ideias preconceituosas na internet.
(E) redes sociais que se propõem a promover a discussão a respeito de assuntos polêmicos.
- 10 O autor **não** empregou linguagem coloquial em
- (A) “Um bate-boca típico de bar” (02).
(B) “Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que marcou o ano de 2015 no Brasil” (06 a 07).
(C) “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo” (18).
(D) “Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto” (23).
(E) “Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro” (30).

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público decorrerá de
- (A) ascensão e transferência.
(B) exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo acumulável e falecimento.
(C) transferência, ascensão e redistribuição.
(D) remoção, redistribuição, ascensão e transferência.
(E) somente aposentadoria, falecimento e demissão.
- 12 Contemplam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular
- (A) superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(B) superiores a 5 (cinco) e, no máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(C) superiores a 10 (dez) e, no máximo, de 15 (quinze) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(D) superiores a 15 (quinze) e, no máximo, de 20 (vinte) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(E) superiores a 20 (vinte) e, no máximo, de 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 13 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, observados os preceitos indicados no item:
- (A) somente a manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidades.
 - (B) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.
 - (C) somente a equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
 - (D) interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (E) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, conforme está previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Entende-se por modalidades de remoção
- (A) somente de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
 - (C) somente a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (D) somente a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (E) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 15 Conceder-se-á ao servidor licença, conforme determinam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, nas seguintes situações:
- (A) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política e para capacitação, exclusivamente.
 - (B) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares, unicamente.
 - (C) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista.
 - (D) para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, somente.
 - (E) prêmio por assiduidade; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, unicamente.
- 16 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações. São penalidades disciplinares:
- (A) advertência; suspensão; demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (B) advertência; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (C) suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (D) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade, exclusivamente.
 - (E) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- 17 Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, conforme contempla o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que cria o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, combinado com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações. À Comissão de Ética incumbe
- (A) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão de diárias e passagens para tratar de quaisquer assuntos do órgão em que serve.
 - (B) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
 - (C) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, impossibilitando assumir cargos ou funções de confiança.
 - (D) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, proibido de receber promoção e posse em outro cargo inacumulável, quando for o caso.
 - (E) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão da aposentadoria.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 18 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante
- (A) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - a análise dos processos e condições de trabalho, somente.
 - (B) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (C) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (D) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; III - a análise dos processos e condições de trabalho e IV - as condições tecnológicas da IFE.
 - (E) I - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
- 19 Institui o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
- (A) I - plano semestral de capacitação; II - relatório de execução do plano semestral de capacitação e III - sistema de gestão financeira.
 - (B) I - plano bimestral de capacitação; II - relatório de execução do plano bimestral de capacitação e III - sistema de gestão de informação.
 - (C) I - plano anual de capacitação; II - relatório de execução do plano anual de capacitação e III - sistema de gestão por competência.
 - (D) I - plano trimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (E) I - plano quadrimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano quadrimestral de capacitação.
- 20 Estabelece o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem o objetivo de formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações. O Comitê Gestor terá a seguinte composição:
- (A) I - um representante do Ministério da Educação, que o coordenará; II - um representante da Presidência do Senado Federal e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Educação.
 - (B) I - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará; II - um representante da Câmara e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.
 - (C) I - um representante do Ministério da Cultura, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil do Governo do Estado e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Cultura.
 - (D) I - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que o coordenará; II - um representante do Ministério da Educação e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
 - (E) I - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil da Presidência da República e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 O ecossistema é a unidade básica no estudo da ecologia. Em um ecossistema, o conjunto de seres vivos interage entre si e com o meio natural de maneira equilibrada, pela reciclagem de matéria e pelo uso eficiente da energia solar. Quanto ao assunto é correto afirmar que
- (A) a natureza fornece todos os elementos necessários para atividades dos seres vivos; o seu conjunto recebe o nome de biocenose, enquanto o conjunto de seres vivos recebe o nome de biótipo.
 - (B) ecossistema é um sistema instável e autossuficiente, apresentando em toda a sua extensão características topográficas, climáticas, pedológicas, botânicas, zoológicas, hidrológicas e geoquímicas praticamente invariáveis.
 - (C) em um ecossistema, cada espécie possui seu habitat e seu nicho ecológico.
 - (D) nicho ecológico pode ser definido como o local ocupado pela espécie, com todas as suas características abióticas.
 - (E) habitat é a função da espécie dentro do conjunto do ecossistema e suas relações com as demais espécies e com o ambiente.
- 22 Em relação ao aspecto estrutural de um ecossistema quanto à sua constituição, considere os itens seguintes:
- I Substâncias abióticas.
 - II Componentes bióticos.
 - III Organismos produtores (autótrofos).
 - IV Organismos consumidores (heterótrofos).
- Estão corretos os itens
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) II e III, somente.
 - (C) I, II e IV, somente.
 - (D) II, III e IV, somente.
 - (E) III e IV, somente.
- 23 A poluição ambiental é toda alteração das propriedades naturais do meio ambiente que seja prejudicial à saúde, à segurança ou ao bem-estar da população sujeita aos seus efeitos, causada por agentes de qualquer espécie. Quanto ao assunto é correto afirmar que
- (A) a emissão dos chamados gases estufa (CO_2 , metano, óxido nitroso e clorofluorcarbono CFCs) diminui a quantidade de energia que é mantida na atmosfera em decorrência da absorção do calor refletido ou emitido pela superfície do planeta, o que provoca a elevação da temperatura da atmosfera.
 - (B) a destruição da camada de ozônio permite o aumento da penetração das radiações infravermelho na Terra, causando graves impactos.
 - (C) a chuva ácida ocorre quando existe na atmosfera um número muito grande de enxofre (SO) e óxidos de nitrogênio (NO, NO_2 , N_2O_5), que, quando em contato com o hidrogênio em forma de vapor, formam ácidos como o ácido nitroso (HNO_2) ou o ácido sulfídrico (H_2S).
 - (D) *smog* corresponde a um tipo de poluição atmosférica em que se forma uma nuvem escura e venenosa constituída por fumaça, neblina, ar, gases poluentes e material particulado.
 - (E) se costuma classificar três tipos de *smog*: comercial, industrial e fotoquímico.
- 24 No que diz respeito à dimensão da área atingida, os problemas de poluição do ar, podem ser classificados em problemas globais e locais. Sobre o tema é correto afirmar que
- (A) efeito estufa, destruição da camada de ozônio e chuva ácida são características de poluição global.
 - (B) efeito estufa, destruição da camada de ozônio, chuva ácida e *smog* fotoquímico são características da poluição global.
 - (C) efeito estufa, destruição da camada de ozônio e *smog* industrial são características da poluição global.
 - (D) chuva ácida, *smog* industrial e *smog* fotoquímico são características da poluição local.
 - (E) efeito estufa, *smog* industrial e *smog* fotoquímico são características da poluição local.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

25 A conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou “Cúpula da Terra”, mais conhecida popularmente como ECO 92, foi o encontro de representantes de 179 países, em que foram abordados os problemas ambientais globais e, principalmente, as bases para o alcance de metas a serem executadas no desenvolvimento sustentável. Quanto aos temas tratados na Agenda 21, considere os itens seguintes.

- I Combate à pobreza.
- II Incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de crescimento.
- III Mudanças de padrão de consumo.
- IV Conservação da diversidade biológica.

Estão corretos os itens

- (A) II e IV, somente.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

26 O controle da poluição do solo é obtido evitando-se a disposição, de forma incorreta, sobre este, de produtos químicos e de resíduos sólidos e líquidos. Quanto às principais medidas de controle da poluição do solo e de suas consequências, considere os itens abaixo.

- I Afastamento adequado entre os aterros sanitários e os recursos hídricos, para evitar que líquidos no solo, a partir dos aterros sanitários, alcancem a água.
- II Execução de sistemas sanitários de destinação dos dejetos, evitando-se os lançamentos de dejetos no solo, a céu aberto.
- III Controle dos sistemas de tratamento de esgoto por meio de sua disposição no solo procurando-se localizá-los distante dos recursos hídricos e adotando-se medidas de controle da infiltração dos resíduos no terreno.
- IV Controle da aplicação de defensivos agrícolas, incluindo uso de produtos menos persistentes, tais como os inseticidas nitrogenados; proibição de aplicação desses produtos em áreas próximas aos mananciais; obrigatoriedade do uso do receituário agrônomo para utilização desses produtos; aplicação de pesticidas na dosagem correta e na época adequada; utilização de outros métodos de combate às pragas.

Estão corretos os itens

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV, somente.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e III.

27 Sendo a água um recurso natural indispensável ao homem, é imprescindível que a sua qualidade seja preservada, por meio de medidas de controle da poluição. Quanto ao assunto, considere as afirmativas seguintes.

- I O controle da poluição da água deve ser essencialmente corretivo, surgindo como medida mais eficaz a execução de sistemas sanitários de coleta e tratamento de esgotos domésticos e industriais.
- II Nas cidades, a construção de redes coletoras e de estações de tratamento de esgotos domésticos e industriais representa a melhor forma de evitar que esses resíduos alcancem os recursos hídricos de modo não sanitário.
- III Controle do chorume produzido em aterros de resíduos sólidos, evitando que os mesmos alcancem os recursos hídricos.
- IV Preservação das áreas vizinhas aos recursos hídricos superficiais, por meio da adoção de faixas de proteção marginais aos mesmos, as quais devem ser mantidas com vegetação.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

28 Devido aos efeitos maléficos do barulho, os quais tendem a acentuar-se, principalmente nas grandes cidades, é necessária a adoção de medidas visando ao controle da poluição acústica. Quanto ao assunto, considere as afirmativas seguintes.

- I Controle da emissão de ruídos: limitação dos níveis de emissão; aperfeiçoamento de equipamentos e processos industriais; regulação das descargas dos veículos; disciplinamento dos horários de funcionamento de equipamentos barulhentos.
- II Controle da propagação de ruídos a partir da execução de paredes, pisos e tetos com materiais térmicos.
- III Disciplinamento do uso e da ocupação do solo, de modo que as atividades barulhentas, tais como aeroportos e zonas industriais, fiquem adequadamente distantes de áreas residenciais e de outros usos sensíveis.
- IV Estabelecimento de níveis máximos de ruídos para as diversas zonas de uma cidade, em função dos usos; para zonas residenciais ou de hospitais, por exemplo, devem ser estabelecidos níveis mais baixos do que para áreas comerciais ou industriais.

Estão corretas as afirmativas

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, somente.
- (E) I, II e IV.

29 O ar é poluído quando contém uma ou mais substâncias químicas em concentrações suficientes para causar danos em seres humanos, em animais, em vegetais ou em materiais. Quanto ao assunto, é correto afirmar que

- (A) os poluentes são classificados em primários, secundários e terciários.
- (B) os poluentes primários são lançados indiretamente das fontes para a atmosfera.
- (C) são poluentes primários material particulado, monóxido de carbono, dióxido de carbono, óxidos de nitrogênio, compostos de fósforo, hidrocarbonetos e clorofluorcarbonos.
- (D) os poluentes secundários formam-se na atmosfera por meio de reações que ocorrem em razão da presença de certas substâncias químicas e de determinadas condições físicas.
- (E) são poluentes secundários ozônio, monóxido de carbono e peroxiacetilnitrato (PAN).

30 Sobre os principais poluentes do ar e suas fontes, considere as afirmativas seguintes.

- I Monóxido de carbono (CO): composto gerado nos processos de combustão completa de combustíveis fósseis.
- II Óxidos de enxofre (SO₂ e SO₃): produzidos pela queima de combustíveis que contenham enxofre em sua composição, além de serem gerados em processos biogênicos naturais, tanto no solo como na água.
- III Hidrocarbonetos: resultantes da queima completa dos combustíveis, bem como da evaporação desses combustíveis e de outros materiais, por exemplo, os solventes orgânicos.
- IV Amônia (NH₃): as principais fontes de geração de amônia são as indústrias químicas e de fertilizantes, principalmente aquelas à base de nitrogênio, além dos processos biogênicos naturais que ocorrem na água ou no solo.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e IV.
- (B) II e III, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 31 O emprego de fertilizantes sintéticos e de defensivos é um fato relativamente novo, cujo uso cresceu rapidamente e que se estende, hoje, por praticamente todas as terras cultiváveis, com alguns impactos ambientais. Quanto ao assunto, é correto afirmar que
- (A) a poluição devido aos defensivos é imediata.
 - (B) a adição de fertilizantes ao solo visa a atender à demanda de nutrientes das culturas. Os micros nutrientes principais são nitrogênio, fósforo, e potássio.
 - (C) os micronutrientes secundários são: cálcio, magnésio e enxofre.
 - (D) são macronutrientes: ferro, manganês, cobre, zinco, boro, molibdênio e cloro.
 - (E) os defensivos agrícolas são classificados em grupos, de acordo com o tipo de praga que combatem: inseticidas, fungicidas, herbicidas e rodenticidas.
- 32 De acordo com a Resolução CONAMA 430/2011, é correta a seguinte definição:
- (A) Capacidade de suporte do corpo receptor: valor mínimo de determinado poluente que o corpo hídrico pode receber, sem comprometer a qualidade da água e seus usos determinados pela classe de enquadramento.
 - (B) Concentração de Efeito não Observado-CENO: menor concentração do efluente que não causa efeito deletério estatisticamente significativo à sobrevivência e à reprodução dos organismos, em um determinado tempo de exposição, nas condições de ensaio.
 - (C) Concentração Letal Mediana-CL50 ou Concentração Efetiva Mediana-CE50 é a concentração do efluente que causa efeito agudo (letalidade ou imobilidade) a 50% dos organismos, em determinado período de exposição, nas condições de ensaio.
 - (D) Efluente: é o termo usado para caracterizar os despejos sólidos provenientes de diversas atividades ou processos.
 - (E) Fator de Toxicidade-FT: número adimensional que expressa a maior diluição do efluente que não causa efeito deletério agudo aos organismos, num determinado período de exposição, nas condições de ensaio.
- 33 Sobre as condições de lançamentos de efluentes (Art. 16 da Resolução CONAMA 430/2011) é correto afirmar que
- (A) seu pH é de 5 a 9.
 - (B) a temperatura é inferior a 30°C, sendo que a variação de temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3°C no limite da zona de mistura.
 - (C) os materiais sedimentáveis deva ter até 10 mL/L em teste de 1 hora em cone Imhoff. Para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação é praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes.
 - (D) em regime de lançamento, a vazão máxima é de até 3 vezes a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor, exceto nos casos permitidos pela autoridade competente.
 - (E) a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO 5 dias a 20°C) deve ter remoção mínima de 80% e DBO, sendo que este limite só poderá ser reduzido no caso de existência de estudo de autodepuração do corpo hídrico que comprove atendimento às metas do enquadramento do corpo receptor.
- 34 De acordo com a Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000, que define os critérios de balneabilidade em águas brasileiras, as águas serão consideradas impróprias quando, no trecho avaliado, for verificada a seguinte ocorrência:
- (A) valor obtido na última amostragem superior a 2500 coliformes fecais (termos tolerantes) ou 2000 Escherichia coli ou 400 enterococos por 10 mililitros.
 - (B) incidência baixa ou normal, na região, de enfermidades transmissíveis por via hídrica, indicada pelas autoridades sanitárias.
 - (C) ausência de resíduos ou despejos, sólidos ou líquidos, inclusive esgotos sanitários, óleos, graxas e outras substâncias, capazes de oferecer riscos à saúde ou tornar desagradável à recreação.
 - (D) pH < 4,0 ou pH > 8,0 (águas doces), à exceção das condições naturais.
 - (E) floração de algas ou outros organismos, até que se comprove que não oferecem riscos à saúde humana.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

35 De acordo com a Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000, que define os critérios de balneabilidade em águas brasileiras, é correto afirmar que

- (A) coliformes fecais (termos tolerantes) são bactérias pertencentes ao grupo dos coliformes totais caracterizadas pela presença da enzima β -galactosidase e pela capacidade de fermentar a lactose com produção de gás em 12 horas à temperatura de 30-45°C em meios contendo sais biliares ou outros agentes tenso-ativos com propriedades inibidoras semelhantes. Além de estar presentes em fezes humanas e de animais, podem, também, ser encontradas em solos, plantas ou quaisquer efluentes contendo matéria orgânica.
- (B) enterococos são bactérias do grupo dos estreptococos fecais, pertencentes ao gênero *Enterococcus* (previamente considerado estreptococos do grupo D), o qual se caracteriza pela alta tolerância às condições adversas de crescimento, tais como capacidade de crescer na presença de 6,5% de cloreto de sódio, a pH 9,6 e nas temperaturas de 10° e 45°C. A maioria das espécies dos *Enterococcus* é de origem fecal humana, embora possam ser isolados de fezes de animais.
- (C) floração é a proliferação excessiva de macrorganismos aquáticos, principalmente algas, com predominância de uma espécie, decorrente do aparecimento de condições ambientais favoráveis, podendo causar mudança na coloração da água e/ou formação de uma camada espessa na superfície.
- (D) águas doces são águas com salinidade igual ou inferior a 1,0%.
- (E) águas salobras são águas com salinidade compreendida entre 2,0% e 40%.

36 A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendendo a alguns princípios. Quanto ao assunto, considere as afirmativas seguintes:

- I Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.
- II Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
- III Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.
- IV Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) III e IV, somente.

37 Quanto aos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente (Art. 4º), considere os itens seguintes.

- I A compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
- II A definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- III O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
- IV A preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade temporária, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.

Estão corretos os itens

- (A) III e IV, somente.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

38 De acordo com o Art. 6º do Sistema Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei nº 6.938/81, os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, definindo sua estrutura. Quanto ao assunto, é correto afirmar:

- (A) Órgão Superior: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, com a função de assistir o Presidente da República na formulação de diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.
- (B) Órgão Central: a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério da Integração Nacional, à qual cabe promover, disciplinar e avaliar a implantação da Política Nacional do Meio Ambiente.
- (C) Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Federal, direta ou indireta, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, cujas entidades estejam, total ou parcialmente, associadas às de preservação da qualidade ambiental ou de disciplinamento do uso de recursos ambientais.
- (D) Órgãos Setoriais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e de controle e fiscalização das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental.
- (E) Órgãos Locais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas áreas de jurisdição.

39 O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), criado em 1982 pela Lei nº 6.938/81, é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. O CONAMA existe para assessorar, estudar e propor ao Governo as linhas de direção que devem tomar as políticas governamentais para a exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. É competência do CONAMA

- (A) o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.
- (B) a avaliação de impactos ambientais.
- (C) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
- (D) o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.
- (E) o estabelecimento privativo de normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes.

40 Sobre os princípios básicos da Política Estadual do Meio Ambiente, consideradas as peculiaridades locais, geográficas, econômicas e sociais, considere os seguintes itens:

- I O respeito aos povos ribeirinhos, às formas tradicionais de organização social e às suas necessidades de reprodução física e cultural e melhoria de condição de vida, nos termos da Constituição Federal e da legislação aplicável, em consonância com os interesses da comunidade regional em geral, são fatores indispensáveis na ordenação, proteção e defesa do meio ambiente.
- II O Estado e a coletividade têm o dever de proteger e defender o meio ambiente, conservando-o para as atuais e futuras gerações, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.
- III O desenvolvimento econômico-social tem por fim a valorização da vida e do emprego, que devem ser assegurados de forma saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, por meio de diretrizes que colimem o aproveitamento dos recursos naturais de forma ecologicamente equilibrada, porém economicamente viável e eficiente, para ser socialmente justa e útil.
- IV O combate à pobreza e à marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais são condições fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I, II, e IV, somente.
- (E) III e IV, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

4.1 Sobre os objetivos da Política Estadual do Meio ambiente, considere os seguintes itens.

- I Promover e alcançar o desenvolvimento econômico-social, compatibilizando-o, respeitadas as peculiaridades, limitações e carências locais, com a conservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio socioeconômico, com vistas ao efetivo alcance de condições de vida satisfatórias e o bem-estar da coletividade.
- II Definir as áreas prioritárias da ação governamental relativa à questão ambiental, atendendo aos interesses da coletividade.
- III Estabelecer critérios e padrões de qualidade para o uso e manejo dos recursos ambientais, adequando-os continuamente às inovações tecnológicas e às alterações decorrentes de ação antrópica ou natural.
- IV Garantir a preservação da biodiversidade do patrimônio natural e contribuir para o seu conhecimento científico.

Estão corretos os itens

- (A) II e III, somente.
- (B) I, III e IV, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.

4.2 Sobre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, é correto afirmar que

- (A) a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- (B) a água é um bem de domínio privado.
- (C) a água é um recurso natural limitado, sem valor econômico.
- (D) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso restrito das águas.
- (E) a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

4.3 Uma das diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos é

- (A) a gestão sistemática dos recursos hídricos, com dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade.
- (B) a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, químicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País.
- (C) a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.
- (D) a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, municipal, estadual e nacional.
- (E) a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do subsolo.

4.4 De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, é correta a seguinte definição:

- (A) Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Privado, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
- (B) Conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que se possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.
- (C) Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a curto prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.
- (D) Proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso direto dos seus atributos naturais.
- (E) Zoneamento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

45 As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99) devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar. No que se refere às linhas de atuação inter-relacionadas, considere os itens a seguir:

- I Capacitação de recursos humanos.
- II Desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações.
- III Produção e divulgação de material educativo.
- IV Acompanhamento e avaliação.

Estão corretos os itens

- (A) I, III e IV, somente.
- (B) II e IV, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.